



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer que seja convocado o Sr. **Afonso Florence**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de ocupação ilegal de terras em áreas de Proteção Ambiental e de assentamentos destinados à Reforma Agrária no Brasil.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Sr. Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de ocupação ilegal de terras em áreas de Proteção Ambiental e de assentamentos destinados à Reforma Agrária no Brasil, feitas pelos Programas Fantástico da Rede Globo de Televisão, de 31 de julho de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, em sua edição de 31 de julho de 2011, noticiou que “Curso de rio é desviado para decorar sala de mansão”.

A reportagem especial deste domingo (31) revela mais um flagrante de desrespeito à lei e à natureza. É mais um escândalo na ocupação ilegal de terras no Brasil. Áreas de Proteção Ambiental (APA) que deveriam ser preservadas, são invadidas e dão lugar a casas de alto luxo para o conforto de poucos.” Diz a notícia:

“De helicóptero, o repórter Rodrigo Alvarez se aproxima da Ilha da Cavala, em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro. Aparentemente, é uma ilha deserta. De repente, aparece um telhado, que se transforma em uma casa. Na verdade, é uma mansão de 1,5 mil m². “Ele tentou enterrar a casa e deixou uma cortina de vegetação para quem passar de barco não detectar essa construção”, afirma o José Maurício Padrone, coordenador da Secretaria do Estado do Ambiente do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Áreas destinadas à reforma agrária estão sendo exploradas por madeireiros. O Fantástico passou três semanas viajando o Brasil para mostrar até onde vai a ousadia de quem ignora a lei ambiental e constrói em áreas que deveriam estar protegidas: na beira da praia, no alto de morros e na margem de rios. São erguidas mansões e hotéis de luxo onde a natureza, por determinação da lei, deveria permanecer intocada.

Na varanda do bangalô de um hotel, não tem nenhuma separação entre o que é construção e o que é floresta. Segundo o Ministério Público, esse hotel foi plantado à custa de destruição.

A destruição de florestas, praias e rios se espalha por todo o Brasil. Será que os donos não sabiam que estavam construindo suas casas em áreas de preservação ambiental? Se não sabiam, pouco a pouco vão sendo avisados pela Justiça. São centenas de ações movidas pelo Ministério Público contra obras e autorizações irregulares.

Mas é bom deixar claro: muitas áreas de preservação permanente ficam dentro de propriedades privadas. O desrespeito à lei acontece quando os donos das terras resolvem desmatar aquilo que têm a obrigação de proteger.

Em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Maranhão, encontramos outro crime comum: a apropriação indevida de áreas públicas que, por lei, têm que ter acesso livre para todos os brasileiros.

O repórter Rodrigo Alvarez descobre uma construção irregular e decide entrar. “Eles fizeram o Ministério Público de palhaço”, declara o promotor Jamil Simon.

A indignação do promotor é com o caso do Hotel Surya pan. O luxuoso conjunto de casas e bangalôs, em Campos do Jordão, a 180 quilômetros de São Paulo, foi erguido com a destruição de 11 hectares de Mata Atlântica. Essa área, equivalente a 17 campos de futebol, foi desmatada em uma região de preservação ambiental, apesar da promessa do dono do hotel. “Ele fez um acordo comigo na Promotoria, para não mais intervir lá”, lembra Jamil Simon.

O termo de compromisso é de julho de 2000. Os donos do Surya Pan admitiram a responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente e prometeram a recuperação completa da área, em um tempo em que o que existia ali era só o começo de uma estrada. “Eles mentiam. Eles diziam que a vegetação estava em estágio inicial. Era pura mentira, falsidade, crime. Aí eles concediam as autorizações com essas declarações falsas”, afirma o promotor Jamil Simon.

O Fantástico procurou os responsáveis pelo Surya Pan, mas eles não quiseram se manifestar. Quem concedeu as autorizações para a obra do hotel, mesmo sem poder para fazer isso foi o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN), extinto em 2009.

A maior parte dos documentos tem a assinatura do então supervisor Francisco Fernandes Pereira Neto. “Será que ele está fazendo isso por ser incompetente ou por que ele está recebendo propina?”, questiona o promotor Jamil Simon.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Localizamos o ex-funcionário em Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Ele está desempregado, presta consultorias eventuais e ajuda a mulher em uma clínica veterinária. O engenheiro bota a culpa na Legislação Ambiental Brasileira que ele diz não ser clara: “Ninguém entendia a resolução do Conama”.

Francisco Fernandes Pereira Neto rebate as suspeitas de corrupção: “estou desempregado até agora e trabalho com a minha mulher”. O ex-funcionário foi demitido em 2004 e responde por crime ambiental.

Outro hotel, o Blue Mountain, aberto no ano passado, é um dos mais luxuosos de Campos do Jordão. A diária custa R\$ 4.100 para um quarto de casal, com um escritorzinho e a vista para Mata Atlântica.

Se os hóspedes têm uma vista maravilhosa é porque o Blue Mountain foi construído exatamente no ponto mais alto da montanha. Segundo o Ministério Público, a obra causou danos às nascentes de oito rios e interferiu na fauna de uma região com seis espécies ameaçadas.

“Toda a construção desse hotel está dentro de uma legalidade. Todos os alvarás e licenças foram concedidos pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo”, aponta Roberto Jeolás, administrador do Hotel Blue Mountain.

Só que em 2008, o próprio governo de São Paulo reconheceu o erro e cancelou as autorizações. “É um problema de estado, município, federação. Eles precisam se entender primeiro”, afirma Roberto Jeolás.

Há quatro meses, um juiz mandou demolir o Blue Mountain, obrigando os donos e o governo do estado de São Paulo a pagarem os custos de remoção do entulho e regeneração da natureza, mas ainda cabe recurso, e o hotel funciona normalmente.

De cima, é possível ter uma visão muito clara do que acontece na Mata Atlântica e de como o ser humano avança pela natureza em áreas de preservação. Mas nem tudo o que parece é realmente crime ambiental. Algumas casas no cobiçado litoral norte de São Paulo receberam permissão do Ibama ou foram construídas antes das mudanças na lei que aconteceram em 2002. Em maio daquele ano, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) redefiniu as áreas de preservação permanentes em território brasileiro e proibiu construções a menos de 300 metros do mar.

Segundo o Ministério Público, o Condomínio Aldeia da Baleia comete três faltas graves: destruição de mata nativa, construção em área de restinga, ou seja, quase dentro da praia, e casas grudadas na margem de um rio. “Ainda há mentalidade no cidadão de que, para ele construir, basta ele adquirir uma área”, ressalta o promotor Matheus Fialdini.

Em nota, a Associação Amigos da Aldeia da Baleia diz que os proprietários adquiriram seus lotes totalmente legalizados e que houve investimentos para minimizar os danos ambientais.

A mesma resolução do Conama, que tenta proteger as praias, impõe uma regra cristalina: ninguém pode construir a menos de 30 metros da margem de qualquer rio brasileiro. Em um rio largo como o Rio Preguiças, o resguardo aumenta para 100 metros e assim por diante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Navegando pelo Rio Preguiças, na região dos Lençóis Maranhenses, nós foram avistados bichos que deram o nome ao rio. Seria o caso de rebatizá-lo como "Rio Mansões"? O Ministério Público Federal quer demolir 18 delas.

"A demolição, conforme os laudos técnicos do Ministério Público Federal, faz com que essa vegetação, que é de preservação permanente, volte a nascer", explica o procurador Juraci Guimarães.

Para isso, o contador Waldely de Moraes precisa tirar a mansão do caminho. O proprietário passou do limite do rio. No segundo andar da casa, tem uma churrasqueira e mais um quarto. A construção avançou além do que seria o limite da propriedade. O problema é que nem a propriedade pertence ao dono da casa.

"Isso é uma surpresa para o Ministério Público Federal. Essa construção é feita para áreas locais, muitas vezes, com a proteção de políticos locais de acordos com prefeituras e autorizações que o Ministério Público sustenta evidentemente a ilegalidade", diz Juraci Guimarães.

A sentença judicial que mandou demolir a mansão afirma que parte da obra "encontra-se encravada em terreno de marinha, que é bem da União", e portanto, "de uso comum do povo".

Sentenças de demolição já foram expedidas para sete mansões no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Entre elas, está a do ex-deputado e suplente de senador Clóvis Fecury.

O juiz disse o seguinte: como o terreno foi comprado de um "antigo morador que já o ocupava irregularmente", o político "não pode ser considerado proprietário, mas apenas 'possuidor' do imóvel", ficando, portanto, sem qualquer direito sobre ele.

A Justiça também mandou demolir a mansão do empresário Arione Monteiro Diniz, avaliada em R\$ 4 milhões. Tem churrasqueira, estacionamento de lancha, deque, lago artificial para criação de peixes, mesinhas com choupanas dentro da água e até um campo de futebol.

A entrada do rio é um dos maiores problemas da casa porque foi construída artificialmente. É uma intervenção na natureza unicamente para atender aos desejos dos moradores de ter uma praia particular perto de casa.

O órgão ambiental responsável por áreas como essa no Maranhão é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É uma instituição federal criada em 2007, ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

O coordenador de proteção ambiental do ICMBio, Paulo Carneiro, admite que no entorno do Parque dos Lençóis Maranhenses a fiscalização é falha.

"Nosso número de agente é restrito. Nossos fiscais atendem a demandas prioritárias. Então, em épocas de desovas de espécies ameaçadas de extinção, focamos nisso", diz.

Os donos foram condenados em primeira instância, mas as mansões continuam de pé. Em nota, o advogado de Arione Monteiro Diniz e de Clóvis Fecury diz que as casas têm alvará de construção fornecido pela prefeitura e que os proprietários tomaram as precauções necessárias e obtiveram as licenças dos órgãos públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O advogado de Waldely de Moraes afirma que a construção do imóvel foi precedida de licença e que “no local não havia mata ciliar e ou vegetação nativa”.

A equipe do Fantástico chegou a 4 mil metros de altitude, sobre uma floresta maravilhosa, que é uma sobrevivente. Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, menos de 8% da Mata Atlântica resistiram à ação do homem.

Na mansão de 1.500 m² que o dono tentou esconder na Ilha da Cavala, em Angra dos Reis, a terra que saiu do buraco da obra foi jogada sobre a mata e a destruiu ainda mais. O Ministério Público pede, além da demolição, que o dono, o empresário Antônio Claudio Resende, pague a conta da limpeza e da recuperação.

Em breve nota, a assessoria do empresário diz que não há pedido de demolição e que o processo de licenciamento está em curso.

Logo adiante, é avistado um paraíso cobiçado: o Saco do Mamanguá, em Paraty. No local, só sobrou o terreno da casa de R\$ 5 milhões construída em área protegida. Foi tudo demolido em novembro passado. Outra casa, segundo o Ministério Público, em situação completamente irregular, avaliada em R\$ 10 milhões.

Um rio foi desviado para passar embaixo da casa, e as pessoas poderem ver a água de dentro da sala da casa. Há outros bangalôs à direita e mais em cima um heliponto, para facilitar a chegada.

“Essas construções foram feitas de duas formas: ou negociando licença ambiental fajuta com funcionários corruptos dos órgãos de meio ambiente ou no peito, pelo proprietário”, explica José Maurício Padrone, coordenador da Secretaria do Estado do Ambiente do Rio de Janeiro.

O proprietário resiste. “Ele impede a demolição com recursos de liminares”, diz José Maurício Padrone, que prefere não falar sobre o dono da mansão, o empresário Alexandre Negrão. Em nota, a advogada dele afirma que a “residência foi construída mediante licença da prefeitura e possui autorização do Ibama”.

Na ação, o Ministério Público do Rio de Janeiro repete o pedido: demolição. Pode até parecer contraditório, mas, para aqueles que se empenham na defesa do meio ambiente, ainda vai ser preciso muita dinamite para deixar a natureza em paz.

Mansões estão em áreas destinadas a famílias carentes

A venda de lotes do Incra destinados à reforma agrária é proibida. Mesmo assim, o Fantástico descobriu várias áreas à venda.

Em um pedaço da Bahia, a água doce e o mar salgado quase se encontram em quilômetros de praia deserta e coqueiros. Mas, se você prefere o campo, existem boas opções: sítios com piscina e ampla área de lazer em Mato Grosso. O que essas terras têm em comum, além de serem ótimos lugares para curtir a vida? Tudo foi construído em áreas destinadas pelo governo a famílias pobres. São terrenos para assentamentos, pagos com dinheiro público.

Cumuruxatiba, no sul da Bahia, é um distrito do município de Prado, que fica a 800 quilômetros de Salvador. Foi lá que o Instituto Nacional de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Colonização e Reforma Agrária, o Incra, criou um assentamento há mais de 20 anos.

saiba mais

Bandos ocupam fazendas e vendem áreas de assentamento

Áreas destinadas à reforma agrária estão sendo exploradas por madeireiros

O primeiro lugar que o repórter Eduardo Faustini visitou era um lote, onde vive o fotógrafo inglês Jamie Granger. Ele é filho de um velho astro de Hollywood, Stewart Granger.

A casa fica a poucos passos do mar. Jamie sabe que está em terras destinadas ao assentamento de famílias pobres. “Esse assentamento foi feito 25 anos atrás. Se você fizer uma verificação, a grande maioria das pessoas que foi assentada já vendeu. O Brasil precisa de lugares como esse para pessoas que trabalham duro o ano inteiro, em São Paulo, no Rio, para vir aqui jogar um golfe.”, diz.

Para receber um lote em um assentamento é preciso cumprir vários requisitos previstos em lei, entre eles ganhar até três salários mínimos. Estrangeiros não podem ser beneficiados pelo Incra. O inglês diz que comprou de um advogado brasileiro: “Ele falou que essa é uma área rural que era do Incra, mas que isso não existe mais”.

A venda de lotes do Incra é proibida. Mesmo assim, em apenas três dias na cidade, a equipe de reportagem do Fantástico descobriu vários à venda.

O trabalhador rural Olavo estava disposto a negociar.

Fantástico: São 20 hectares?

Olavo: 21 hectares. Eu estava pedindo, há um tempo, 350 contos. Tinha até vendido. Quase vendido. Não vendeu porque...

Fantástico: R\$ 350 mil?

Olavo: Sim.

Olavo revela que para fechar negócio é preciso dar dinheiro para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prado: “Pelo menos eu vendendo, eu não deixo de dar ao sindicato alguma coisa”.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Augusto, confirma que o lote de Olavo é mesmo do Incra: “Aqui tem um grande problema. Essas terras são da reforma. É terra de reforma agrária”.

Sobre a falta de fiscalização, José Augusto diz que conta com a lerteza dos órgãos oficiais: “É aquele negócio: para o Incra tirar alguém de uma terra, leva tempo”.

A equipe do Fantástico tentou localizar alguém no sítio, que segundo documento do Incra, é posse da ex-modelo internacional Marina Schiano.

O cadeado que tranca o portão de outro sítio é para garantir que ninguém vai mexer em nada que pertence ao empresário Carlos Alberto Pereira dos Santos, conhecido como Carlinhos de Vitória. O empresário tem até acesso à praia particular. “Ele só vem aí nos feriados dele. Ele não fica aí. Quem fica aí, é o caseiro dele”, diz um morador.

O Fantástico tentou localizar Carlos Alberto por telefone, mas ele não respondeu aos recados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O repórter Eduardo Faustini chegou a um local, onde o mangue quase encontra o mar e tem paisagem deslumbrante.

Fantástico: Quem é o proprietário?

Morador: Lucas Lessa.

Fantástico: Ele não fica aqui?

Morador: Vem, fica aqui um pouco e volta para Porto Seguro.

Lucas Lessa é advogado e também não foi encontrado.

"Aqui que chega o empresário, cheio de dinheiro, em uma região toda loteada pelo Incra, com muito dinheiro, R\$ 100 mil, R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão, compra o pobre assentado e o desloca para periferia do projeto. Toda essa região está sendo objeto da cobiça e da compra com a convivência estranha do Incra. Porque o Incra sabe que esse pessoal não tem perfil de reforma agrária e permite, porque está havendo alguém levando vantagem com isso", afirma.

"Nós temos grandes empresários aí dentro com lotes, até formação de fazenda, 12 lotes contínuos. Tudo com nome de testas de ferro, irmãos, todos eles cadastrados", explica o Ézio Nonato, da Associação Comunitária. A trabalhadora Teresa Camilo dos Santos aguarda por um lote há muito tempo. "O Incra me cadastrou. Eu estou há 22 anos aqui", conta.

Arnoud Quaresma de Freitas é um dos poucos assentados dentro da lei encontrados na região. "Planto amendoim, milho, melancia, mandioca, laranja, coco, doze vacas de leite. Sobrevivo disso aqui. Ainda vivo feliz de estar nesse pedacinho de terra", diz.

De acordo com o Incra, foram feitas vistorias nos lotes de Cumuruxatiba em função das denúncias. "Nós vamos à última instância que é a ação judicial de retomada das terras, como é caso da Bahia, com mais de 30 ações de reintegração de posses desses lotes ocupados irregularmente e imoralmente", afirma Celso Lisboa de Lacerda, presidente do Incra.

Uma das cidades mais ricas de Mato Grosso, o município de Sorriso fica a 180 quilômetros de Cuiabá e tem o melhor índice de desenvolvimento humano do estado. A cidade cresce e, junto com a riqueza, se multiplicam os sítios destinados ao lazer.

Seria tudo muito bom e estaria tudo muito bem se não fossem terras de assentamento. Assim como acontece na Bahia, na região há muita gente interessada em vender os lotes.

A certeza da impunidade é tão grande que gera situações peculiares como uma placa de "vende-se" em um terreno. O lote com a placa está no nome de Bernardete Bem Manchio. Ela tem uma boa casa na cidade e quer ganhar dinheiro com a terra, que não pode ser vendida. Quanto você tá pedindo? "Uns 130 mil".

A equipe encontrou outro assentado interessado em passar o lote adiante. Seu Sena pede R\$ 140 mil pela área e diz que está barato. "Eu quero dez conto o hectare. Sabe por que eu quero vender? Porque eu quero aproveitar. Sou viúvo e quero mexer com outras coisas", diz.

Sena revela que tem esquema com alguém dentro do Incra para acobertar a venda. Um homem com apelido de Brito. Brito é Lionor da Silva Santos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

subchefe do Incra regional. Não foi possível encontrá-lo pessoalmente, mas por telefone, quando o repórter disse que queria comprar o lote do Sena, Brito respondeu: “Eu vou informar aqui no escritório. Por telefone não vou informar nada, não”.

“Chegar nele e falar: ‘Brito, vou vender meu lote e passa para o nome dessa pessoa aí. Dá uns troquinhos para ele e acabou. Falei, tu vai situar no meu nome? Tem um chorinho, falei quanto que é? Dois mil”.

Sena sabe que está fazendo a coisa errada. “Quem pega terra do Incra não pode vender. Vendem porque são teimosos. Aqui já venderam 50 lotes”, diz. No dia seguinte, Sena revela que já é a segunda vez que faz este tipo de venda. “Esse é o segundo lote que eu tenho. Eu tinha no Ipiranga. Vendi. Não tive problema nenhum. Só que eu peguei aqui no nome da minha filha porque eu não podia pegar mais. No Incra, você pega uma vez, se você vendeu, você não pega mais”.

Gabriel é filho do dono de uma madeireira. O nome dele está na placa de um lote de assentamento. Ele fala sobre a compra da área e menciona Brito. “Até falei com ele: ‘Brito, o que nós temos que fazer mais?’ Ele falou: ‘Os documentos estão aqui, tem que só esperar os rapazes irem aí’. Fui direto lá”. “Aqui tem a declaração de desistência do Seu Darci”, diz Gabriel. O documento que ele entrega é uma carta de desistência. Nele o assentado diz que não tem mais condições de trabalhar na terra. A área deveria ser destinada a outro agricultor que precisasse trabalhar. Mas acaba indo para o comprador.

José Carlos Suzin, o Carlão, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ele conta que o segredo para enganar o Incra é colocar um laranja morando na terra para passar pela vistoria. “Se seu funcionário tem perfil agrícola, não tem bens, não é funcionário do estado ou não tem terra no nome, o que pode inviabilizar são esses fatores”, lembra.

Veja o argumento que o presidente do sindicato usa para justificar o comércio ilegal de lotes. “O Incra tem mania de botar família de pobre em cima de terra, pobre em cima de terra não produz nada”, argumenta o presidente do sindicato para justificar o comércio ilegal de lotes.

Por denunciar as falcatruas na região, Dinéia de Souza Costa, presidente da Associação Pós-Terra, sofreu ameaças e teve a casa incendiada. Perdeu tudo, menos a vontade de falar. “A intenção é que eu desista do assentamento porque eu sou calo no pé de muitos aqui, não participo da venda do lote, sou contra a venda do lote e a favor do Incra retomar o lote de quem vendeu e dar para quem está na lista de espera”.

A família Miller está na lista de espera. Onde moram, a luz não chegou e as crianças só estudam enquanto dura a vela. Os lotes usados como sítio de lazer são uma afronta para quem espera.

“O que pode, pode tudo, tem que ficar assim, sem água gelada, sem energia, pegar água dos vizinhos. Tem muitos que só têm sítio para ter área de lazer, futebol, piscina. E não tem um pé de mandioca plantada, só para festejar mesmo”, conta Gelci Miller, trabalhadora rural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Me sinto triste, eu vejo que minha mãe quer, luta e não pode. Quero é que minha mãe ganhasse isso daqui. Meu pai... É ruim morar sabendo que pode ser despejado a qualquer hora. Com fé em deus nós vamos ganhar...”, lamenta Patricia Miller, 15 anos.

A vergonha que a menina sente quando correm as lágrimas falta a quem explora o que não é seu. Em um telefonema, um dos posseiros, chamado de Neto Baião, pede R\$ 500 mil por um lote.

Na terra que ele quer vender, só o vive o caseiro Silas, um homem simples que sabe das coisas.

“Brasil é o país de todos, rapaz. Brasil é o país de todos. Brasil, quem tem esse tem tudo na mão. Agora o cara que anda arrastando a barriga no chão, com a mão calejada, não tem vez, rapaz”.

Bandos ocupam fazendas e vendem áreas de assentamento

O Fantástico denuncia a indústria das invasões de terras no Brasil central, um abuso com o dinheiro público.

O Fantástico denuncia a indústria das invasões de terras no Brasil central, um abuso com o dinheiro público. Bandos ocupam fazendas, ganham lotes e casas do governo e depois derrubam tudo para vender a área ilegalmente.

O assentamento criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) há dez anos está abandonado. Mas por que as casas foram derrubadas? É preciso um olhar mais atento para descobrir os vestígios do que um dia foram residências.

Luiz Antonio, um dos primeiros a morar no local, na época da criação do assentamento, denuncia: “agora virou fazenda”.

As terras foram doadas pelo governo aos assentados e as casas, construídas com dinheiro público. Hoje, tudo está sendo vendido ilegalmente. Uma área de 2,5 mil hectares foi invadida em 2002. Depois, foi transformada pelo Incra em um projeto de assentamento. Muitos lotes já foram vendidos. E o comércio da terra continua. Em uma placa, tem até o número de telefone.

A equipe de reportagem do Fantástico ligou para o telefone que aparece na placa e descobriu que a chácara já tem novo dono.

Mulher: Eu vendi por R\$ 35.

Fantástico: R\$ 35 mil, com a casa e tudo?

Mulher: Por tudo.

Fomos até a cidade de Novo Mundo, no norte de Mato Grosso, a 800 quilômetros de Cuiabá. O assentamento foi criado em 2001 e deveria beneficiar 1.149 famílias. Só o Incra investiu mais de R\$ 2 milhões na área.

“No fim, vira tudo fazenda de novo. E as casas do governo, que são dinheiro público, são derrubadas. O material fica jogado”, aponta Luiz Antonio.

O presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Afonso Dalberto, não sabia que as casas estavam sendo demolidas. “Qualquer assentamento não pode vender lote, e nesse caso é um assentamento do Incra. E o Incra tem que cuidar como tal”, diz Afonso Dalberto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Informado pelo Fantástico da situação, o Incra prometeu fazer uma vistoria na área. “Nós temos uma equipe de três técnicos. Esses técnicos não conseguem percorrer todos os assentamentos durante um ano. Vai levar dois anos para percorrer os assentamentos”, afirma Luiz Araújo, chefe da unidade do Incra.

A 100 quilômetros do local, o Fantástico descobriu outro esquema ilegal, e o alvo é uma fazenda. O homem que se diz dono dessa fazenda chegou a ceder cinco mil hectares para o Incra fazer um projeto de assentamento. Mas a disputa pela posse da área continuou. Outro grupo de sem-terra que está acampado em frente à propriedade quer invadir a fazenda. A disputa é pela posse de 14 mil hectares. Dez mil são só de floresta.

Em uma flagrante, um homem vende lotes de uma fazenda que ainda nem foi destinada para a reforma agrária. Ele é Gilmar Nantes, chefe dos acampados. Sem saber que estava sendo gravado, ele recebe na casa dele duas pessoas que se dizem interessadas em participar da invasão. Ele está montando o cadastro dos futuros assentados. “Preciso do RG e do CPF”, disse.

Os dois interessados dizem querer três lotes. Gilmar explica como pode ajudar, desde que elas paguem.

Fantástico: Se eu deixar R\$ 500 para o senhor agora?

Gilmar Nantes: Vamos fazer uma ficha para ele aí.

Gilmar recebe os R\$ 500. “Vai pegar de 13 a 15 alqueires abertos e vai ficar a média de 12 a 13 alqueires em mata. Vai dar mais de 50 hectares”, calcula.

Ele confere o dinheiro. É a primeira parte do pagamento de R\$ 2 mil. Gilmar anota em um pedaço de papel o número da conta onde o restante deve ser depositado nos meses seguintes. Por telefone, acertamos mais detalhes da negociação.

Fantástico: Esse depósito já vai hoje para você, tá?

Gilmar Nantes: Beleza, companheiro.

Fantástico: E no Incra lá, você dá um jeito para a gente?

Gilmar Nantes: Com certeza, companheiro.

“Isso demonstra um possível acerto de servidores do Incra com supostos movimentos em defesa da reforma agrária de maneira que há um comércio em benefício de ambas as partes”, afirma o procurador da República Mário Lúcio Avelar.

Diante da equipe do Fantástico, Gilmar negou tudo e disse que nunca tinha vendido lotes. “Jamais negocie qualquer lote. Já me ofereceram dinheiro que nem você está falando. Jamais vendi um lote. A gente prega isso nas reuniões da gente. Aquele companheiro que descobriu que o companheiro dele está vendendo lotes a gente exclui do acampamento”, alegou.

Mesmo assim, três dias depois dessa entrevista, Gilmar telefonou para o homem que havia pago o sinal pelo lote de terra para confirmar o negócio.

A mesma área de que o grupo de Gilmar quer tomar posse é disputada por outro homem, João Francisco de Paula, conhecido como João Barbudo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

João Francisco de Paula recebe o primeiro pagamento: R\$ 500. Ele assinou até um recibo dessa primeira parcela. Quando telefonamos para ele, João se defendeu. Alegou que o dinheiro seria, na verdade, para pagar o profissional que vai medir a área. “Isso aí é um engenheiro que é ligado junto ao Incra. Nós estamos em conversa com ele para nós pagarmos para criar um projeto de assentamento. A terra é da União. São 50 lotes de 50 hectares”, afirmou.

João Barbudo já foi preso em 2007, acusado de comandar a invasão de propriedades, muitas vezes com violência. Uma delas foi a do fazendeiro Wangler Duarte. “Foi o bando de João de Paula. Eles chegaram de supetão. Eram 16 pessoas armadas. Tudo de arma no punho. Colocaram arma na cabeça e me jogaram no chão”, contou.

O vizinho dele sofreu um atentado e morreu dois meses depois em agosto de 2007. “A caminhonete dele, na época, recebeu 179 perfurações”, lembra Wangler.

A ação dos grupos de invasores de terra é investigada pela polícia de Mato Grosso. “É muito difícil nessa região que trabalhamos termos o depoimento de testemunhas ou das próprias vítimas. Todos com receio de represálias”, conta o delegado Geraldo Gesoni Filho.

“Reforma agrária no estado do Mato Grosso é um balcão de negócios”, afirma o procurador da República, Mário Lúcio Avelar.

“É indústria de invasão de terra. Não existe a indústria da seca no Nordeste? Aqui existe a indústria de invasão de terra”, afirma o fazendeiro Wangler Duarte.”

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2011.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP